

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.142 - PB (2019/0196889-3)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JOALLYSON GUEDES RESENDE E OUTRO
ADVOGADOS : JOALLYSON GUEDES RESENDE - PB016427
THIAGO BEZERRA DE MELO - PB023782
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : RODRIGO DE OLIVEIRA MINERVINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **RODRIGO DE OLIVEIRA MINERVINO**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**.

Depreende-se dos autos que a d. Juíza das execuções indeferiu o pleito do paciente de progressão ao regime semiaberto em razão da ausência do requisito subjetivo (fls. 32-38).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso conforme v. acórdão de fls. 14-19 assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. INDEFERIMENTO DA PROGRESSÃO DE REGIME PARA O SEMIABERTO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO. IRRESIGNAÇÃO DO APENADO. ALEGADO PREENCHIMENTO DOS CRITÉRIOS LEGAIS. CUMPRIMENTO DE UM SEXTO DA PENA NO REGIME FECHADO. LAUDO PSIQUIÁTRICO FAVORÁVEL. AUSÊNCIA DE REGISTRO DE BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. REQUISITOS INCOMPLETO. INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO REQUERIDO. DESPROVIMENTO.

Dispõe o art. 112 da LEP que o apenado terá sua pena progredida, para regime menos gravoso, quando cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior, além de manter bom comportamento carcerário, certificado pelo diretor do estabelecimento prisional, ressalvadas as normas que vedam a progressão.

Superior Tribunal de Justiça

Na hipótese dos autos, insuficientemente comprovado o preenchimento dos requisitos subjetivos, ainda que possua o critério objetivo, deve-se indeferir o direito de progressão, pelo menos neste momento, até que se complete, sem causar nenhum prejuízo a parte."

No presente **writ**, a Defesa reitera as alegações vertidas na origem sustentando que, ao indeferir a progressão, o julgador o deve fazer de forma motivada em dados concretos da execução, não podendo utilizar-se de elementos ou circunstâncias não previstas na lei de regência.

Argumenta que as instâncias de origem não lograram fundamentar o inadimplemento subjetivo, bem como o exame criminológico foi favorável, sendo a decisão de origem contrária a jurisprudência desta corte.

Requer, por fim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para cassar o v. acórdão ora vergastado e deferir ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência à fl. 70.

Informações prestadas às fls. 72-81.

O Ministério Público Federal, às fls. 86-89, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ** e, se conhecido, pela denegação da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS IMPETRADO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. ADEMAIS, NÃO É O CASO DE CONCESSÃO DE OFÍCIO DA ORDEM. PROGRESSÃO DE REGIME. INDEFERIMENTO. ANÁLISE DO MÉRITO SUBJETIVO DO PACIENTE, PARA EVENTUAL CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PLEITEADO, DEMANDARIA REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. CASO ULTRAPASSADO O JUÍZO DE PRELIBAÇÃO, NO MÉRITO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM."

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Razão não assiste à impetrante.

Com efeito, para a concessão do benefício da progressão de regime, deve o apenado preencher os requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário), nos termos do art. 112, da Lei de Execução Penal, com redação dada pela Lei n. 10.792/2003. Pode o magistrado, excepcionalmente, determinar a realização do exame criminológico, diante das peculiaridades do caso, desde que o faça em decisão concretamente fundamentada, segundo entendimento previsto no Enunciado sumular n. 439/STJ e na Súmula Vinculante n. 26/STF.

No presente caso, o d. Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de progressão prisional ao argumento de que o paciente não preencheria o requisito subjetivo, sendo que o eg. Tribunal **a quo**, por sua vez, manteve o indeferimento da benesse com base no exame criminológico desfavorável realizado. Destacam-se (fls. 16-19):

Superior Tribunal de Justiça

"A magistrada a quo, na decisão que indeferiu o pedido de progressão de regime prisional para o semiaberto, explanou que o recorrente "Não obstante ter cumprido o requisito temporal, verifica-se que o apenado não possui aptidão para cumprir pena em regime mais brando, conforme o Laudo Médico Psiquiátrico, que, considerando a natureza dos crimes cometidos, concluiu que a penado apresenta alto risco de reincidir em práticas criminosas. Dessa forma, apesar de a Certidão Carcerária ser favorável ao apenado, verifica-se que, pela avaliação psiquiátrica, o requisito subjetivo não restou satisfeito, haja vista o apenado não apresentar indicativo de que esteja apto a ser beneficiado com a progressão requerida, ou seja, de cumprir a pena imposta menos vigiada" (fls. 11).

À luz do art. 112 da LEP, com a redação trazida pela Lei nº 10.792/03, para obter a progressão de regime basta que o apenado preencha o requisito objetivo temporal e o requisito subjetivo de ostentar bom comportamento carcerário, atestado pelo diretor do estabelecimento prisional. Vejamos:

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada de forma progressiva, com a transferência para o regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão.

Assim, nos termos do artigo supracitado, é imprescindível para se deferir uma progressão de regime, que o apenado possua o requisito objetivo (lapso temporal), somada ao critério subjetivo (bom comportamento carcerário).

Inexiste, na lei, previsão acerca de laudo criminal desfavorável e, consubstanciado no exame posterior, cuja conclusão não há alteração, do ponto de vista psiquiátrico, que restrinja a liberdade do ora recorrente, se faz necessário ponderar alguns aspectos pessoais e psicológicos do detento, sobretudo, ante a falta de comprovação de bom comportamento carcerário, por parte do diretor do estabelecimento prisional.

No caso em estudo, após solicitada a colação de certidão carcerária, restou demonstrado o preenchimento do requisito objetivo do apenado, ou seja, este já cumpriu mais de 1/6 (um sexto) da pena imposta. Fato este incontroverso.

Contudo, no que diz respeito ao critério subjetivo, é importante observar minuciosamente os elementos de provas constantes nos autos, para se fazer um juízo de valor acerca de tal requisito.

O apenado foi condenado por três crimes, todos de natureza grave e mediante violência, quais sejam: roubo, latrocínio e, já dentro do estabelecimento penitenciário, praticou um homicídio.

O laudo datado de 15/08/2018, estabelece que: "o periciando não apresenta doença mental, perturbação de saúde mental ou desenvolvimento

Superior Tribunal de Justiça

mental incompleto e retardado. E importante ressaltar que não há condição psiquiátrica neste caso, contudo o padrão de comportamento e recorrência não exclui a possibilidade de reincidência criminal, apesar de não ser verificada periculosidade de seus atos no momento do exame " (fls. 42/43). Destaquei.

E foi nesse sentido que a douta representante do Parquet Mirim se posicionou, quando opinou pelo indeferimento da progressão, por entender que o agravante não teria condições de sociabilidade para galgar a pretendida progressão de regime, como a seguir veremos:

"Não obstante ter supostamente cumprido o requisito temporal, entendemos que o pleiteante não possui aptidão para cumprir pena em regime mais brando na presente data. Quanto à análise do requisito subjetivo, no presente caso não vislumbramos mérito em favor do pleiteante para que, no momento, possamos sugerir a progressão sem nenhuma hesitação e com tranqüilidade, considerando que em sua vida **extra e intramurus** o apenado demonstrou ser afeito ao crime, demonstrando descaso com a vida de seus semelhantes, de modo a exigir maior prudência na avaliação do mérito do condenado antes de determinar sua progressão para regime mais brando, aplicando-se, neste caso, o princípio do **in dubio pro societate**, uma vez que a segurança da comunidade tem prioridade sobre o interesse individual" (fls. 07/09).

Como se percebe, o apenado foi condenado a cumprir uma pena total de 50 (cinquenta) anos e 02 (dois) meses de reclusão, advinda de três condenações, por crimes distintos, sendo a primeira de 22 (vinte e dois) anos de reclusão, por latrocínio (art. 157, §3º, c/c art. 29, CP), a segunda de 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão por roubo (art. 157, §2º, I e II, CP) e, a terceira, de 21 (vinte e um) anos e 06 (seis) meses de reclusão, por homicídio (art. 121, §2º, I e IV, c/c 29, CP).

Na decisão de lavra da Dra. Andréa Arcoverde Cavalcanti Vaz (fls. 10/13), há referência acerca do parecer supracitado, bem como a justificativa para a negativa do direito do apenado: "Não obstante ter cumprido o requisito temporal, verifica-se que o apenado não possui aptidão para cumprir pena em regime mais brando, conforme o Laudo Médico Psiquiátrico, que, considerando a natureza dos crimes cometidos, concluiu que o apenado apresenta alto risco de reincidir em práticas criminosas. Dessa forma, apesar de a Certidão Carcerária ser favorável ao apenado, verifica-se que, pela avaliação psiquiátrica, o requisito subjetivo não restou satisfeito, haja vista o apenado não apresentar indicativo de que esteja apto a ser beneficiado com a progressão requerida, ou seja, de cumprir a pena imposta menos vigiada " (fls. 11).

E conclui pelo indeferimento do pedido de progressão, determinando que o apenado seja submetido a novo exame psiquiátrico em maio de 2019 (fls. 13).

É importante ressaltar que o magistrado de base tem muito

Superior Tribunal de Justiça

mais elementos para apreciar tal situação, do que a segunda instância, pois não acompanha diretamente a situação carcerária dos apenados, sabendo discernir sobre, de fato, se há condições dele ser ressocializado, a ponto de colocá-lo novamente no seio da sociedade, sem transmitir perigo ou insegurança.

Acertada a decisão da douta magistrada, devendo, inclusive, ser cumprida a determinação final de sua decisão, onde em maio do corrente ano seja realizado novo exame psiquiátrico no agravante, para só então, diante de elementos concretos, viabilizar ou não seu pleito, consubstanciado nos demais elementos de prova, sabendo-se que o requisito subjetivo ele já possui, restando apenas as demais condições de sociabilidade e psicológicas para reinseri-lo no seio da sociedade, novamente.

Esse deve ser o objetivo da lei, afastar da população o medo e a insegurança, quanto aos cumpridores de penas que não correspondem ou não possuem condições de serem reinseridos no âmbito da comunidade, sem que para isso exista o receio iminente de delinquir novamente.

Assim, diante do exposto, e em desarmonia com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, NEGO PROVIMENTO ao presente agravo."

Verifica-se, pois, que a progressão prisional foi negada com base em exame criminológico desfavorável, o qual demonstra ausência de implemento do requisito subjetivo para a obtenção da benesse.

Segundo entendimento deste eg. Tribunal Superior, em que pese o magistrado não esteja vinculado ao exame criminológico, pode ele ser utilizado para indeferir a progressão prisional, desde que de forma devidamente fundamentada, como ocorreu na espécie.

Nesse sentido os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO NEGADA. EXAME CRIMINOLÓGICO DESFAVORÁVEL. ELEMENTOS CONCRETOS. ACÓRDÃO QUE RATIFICA A NEGATIVA DE PROGRESSÃO E A SUBMISSÃO AO EXAME CRIMINOLÓGICO. DECISÃO FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O art. 122 da Lei de Execução Penal exige, para a concessão da progressão de regime, o preenchimento dos requisitos de natureza objetiva (lapso temporal) e subjetiva (bom comportamento carcerário). Não é vedado ao órgão julgador determinar a submissão do apenado ao exame criminológico, desde que o faça de maneira fundamentada, em estrita

Superior Tribunal de Justiça

observância à garantia constitucional de motivação das decisões judiciais, expressa no art. 93, IX, bem como à própria previsão do art. 112, § 1º, da Lei de Execução Penal: "A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor". Precedentes.

2. De acordo com a Súmula 439/STJ: "admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada". A análise técnica pode ser usada como fundamento à análise do requisito subjetivo a autorizar ou não a progressão de regime.

3. No caso dos autos, verifica-se que as instâncias ordinárias concluíram pela ausência do requisito subjetivo para concessão da progressão de regime ao paciente, baseando-se, em decisão fundamentada, na conclusão desfavorável do laudo do exame criminológico.

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 405.373/ES, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 21/09/2017).

**"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA
VIA ELEITA. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO
SUBJETIVO. COMETIMENTO DE FALTAS GRAVES.
DETERMINAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. PROVA
TÉCNICA DESFAVORÁVEL. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA.
INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO LEGAL.**

[...]

2. Consigna a Súmula n. 439 do Superior Tribunal de Justiça, verbis: "Admite-se o exame criminológico pelas peculiaridades do caso, desde que em decisão motivada, para aferir o requisito subjetivo da progressão". Tal prova técnica pode ser determinada pelo magistrado de primeiro grau, ou mesmo pela Corte estadual, diante das circunstâncias do caso concreto e adequada motivação, para formação de seu convencimento.

3. Na hipótese, o Tribunal de Justiça de origem entendeu que persiste a exigência da avaliação do condenado por equipe multidisciplinar (exame criminológico), diante da vida carcerária conturbada do paciente - prática de faltas de natureza grave no curso da execução penal.

4. Referido exame mostrou-se desfavorável ao reeducando (requisito subjetivo não demonstrado), não fazendo jus o paciente, efetivamente, à progressão para o regime semiaberto.

5. Impende registrar que é firme o posicionamento

Superior Tribunal de Justiça

desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de habeas corpus, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo, uma vez que tal providência implica no reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

6. Inexistência, portanto, de constrangimento ilegal, a justificar a concessão da ordem de ofício.

7. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 395.217/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 22/08/2017).

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT DENEGADO.

1. É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo da execução, com base nas peculiaridades do caso concreto e levando em consideração fatos ocorridos durante a execução penal, justifica o indeferimento do pleito de progressão de regime prisional pelo inadimplemento do requisito subjetivo.

2. No caso, as instâncias ordinárias indeferiram o pedido de progressão ao regime semiaberto, considerando, além da gravidade concreta do crime pelo qual atualmente cumpre pena homicídio triplamente qualificado que foi praticado no curso do benefício de livramento condicional, o fato de que, mesmo contrariando o parecer favorável apresentado pelo exame criminológico, o laudo psicológico aponta fatores que desautorizam a concessão do benefício, na medida em que, conforme mencionado na decisão do Juízo da Execução, "o sentenciado 'demonstra certa reserva em seu comportamento evitando demonstrar seus sentimentos e preservar-se no ambiente em que convive; aparentemente busca aceitar melhor suas limitações; assume parcialmente os delitos, nega participação no homicídio e esquia-se de aprofundar-se em sua explicação com verbalização vaga sobre o ocorrido [...]".

3. Ressalte-se, ainda, que o afastamento dos fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao mérito subjetivo do paciente demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus.

4. Ordem denegada" (HC n. 390.326/SP, **Sexta**

Superior Tribunal de Justiça

Turma, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, DJe de 15/05/2017).

Ademais, é também firme o posicionamento desta Corte Superior no sentido de ser inviável, em sede de **habeas corpus**, desconstituir a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias sobre o não preenchimento do requisito subjetivo para o livramento condicional ou outro benefício, uma vez que tal providência implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos da execução, procedimento incompatível com os estreitos limites da via eleita.

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. NOVA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. MOTIVAÇÃO SUFICIENTE. INTERRUÇÃO DO PRAZO. SÚMULA 441/STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

III - Para a concessão do livramento condicional, o magistrado deve examinar o efetivo cumprimento do requisito objetivo e subjetivo IV - In casu, o eg. Tribunal de origem, na decisão que cassou o livramento condicional, asseverou que o paciente não atendeu os requisitos objetivo e subjetivo para a concessão do benefício.

V - Esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de ser inviável, na via estreita do habeas corpus, examinar se estão ou não presentes os requisitos objetivo e subjetivo para o livramento condicional, pois demandaria aprofundado exame de provas, inviável nesta via angusta.

Habeas Corpus não conhecido" (HC n. 401.948/SP, **Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 15/08/2017, grifei).**

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL INDEFERIDA. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. DECISÃO FUNDAMENTADA. CONTURBADO HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. PRÁTICA DE FALTA GRAVE.

Superior Tribunal de Justiça

NOVO DELITO COMETIDO DURANTE O LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. *In casu*, as instâncias ordinárias indeferiram o pleito de progressão de regime prisional, sob o fundamento de não preenchimento do requisito subjetivo para obtenção do benefício, destacando a gravidade concreta dos crimes cometidos, a longevidade da pena e a prática de novo delito durante o livramento condicional anteriormente deferido.

3. Verifica-se a idoneidade da fundamentação adotada, haja vista o posicionamento desta Superior Corte de Justiça, no sentido de que a análise desfavorável do mérito do condenado feita pelo Juízo das Execuções Criminais, com base em fatos concretos ocorridos no bojo da execução penal, autoriza o indeferimento do pedido de progressão de regime pela falta do requisito subjetivo.

4. **Afastar o entendimento manifestado pelas instâncias de origem quanto ao não preenchimento do requisito subjetivo demandaria o reexame de material fático-probatório, inadmissível na via estreita do mandamus.**

5. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 397.552/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 20/06/2017, grifei).

Desta forma, verifica-se que o v. acórdão combatido está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, não restando configurada a ilegalidade apontada.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator